beneficiar do prazo alargado de interposição de 30 dias quando venham a ser rejeitados relativamente à matéria de facto — por exemplo, por falta de cumprimento das especificações exigidas pelo n.º 3 do artigo 412.º, do CPP, como ocorreu nos presente autos — afeta, de modo grave o princípio da segurança jurídica e da confiança jurídicas decorrentes do princípio do Estado de Direito Democrático (artigo 2.º da CRP) bem como o processo equitativo e as garantias de defesa do arguido consagradas no artigo 32.º, n.º 1, da CRP e padece, portanto, de inconstitucionalidade.

III — *Decisão*. — Pelos fundamentos expostos, decide-se:

a) Não conhecer do objeto do recurso quanto à primeira questão;

b) Julgar inconstitucional a norma extraída «do artigo 411.º, n.º 1 do CPP conjugado com o n.º 4 do mesmo diploma legal no sentido de que é extemporâneo o recurso interposto para além do 20.º dia depois da leitura de sentença (e até ao 30.º dia) quando venha a ser rejeitado o recurso sobre a matéria de facto», por violação do princípio da segurança jurídica e da confiança jurídicas decorrentes do princípio do Estado de Direito Democrático (artigo 2.º da CRP) bem como do princípio do processo equitativo (artigo 20.º, n.º 4, da CRP) e das garantias de defesa do arguido consagradas no artigo 32.º, n.º 1, da CRP;

c) Em consequência, em cumprimento do artigo 80.º, n.º 2, da LTC, os autos devem baixar ao tribunal recorrido, para que este reforme a decisão em conformidade com o presente juízo de inconstitucionalidade.

Sem custas legais, por não serem legalmente devidas.

31 de janeiro de 2013. — *Ana Maria Guerra Martins — Pedro Machete — João Cura Mariano — Fernando Vaz Ventura — Joaquim de Sousa Ribeiro.*

206802561

TRIBUNAL DE CONTAS

Secção Regional dos Açores

Aviso n.º 3602/2013

Nos termos do n.º 1 do artigo 93.º e para os efeitos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 95.º, ambos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, torna-se público que foi afixada, para consulta, a lista de antiguidade dos dirigentes e trabalhadores nomeados do mapa de pessoal do Serviço de Apoio da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, com referência a 31 de dezembro de 2012.

De acordo com o n.º 1 do artigo 96.º do referido Decreto-Lei n.º 100/99, cabe reclamação da organização da lista em apreço no prazo de 30 dias consecutivos, a contar da data da publicação do presente aviso.

6 de março de 2013. — O Subdiretor-Geral, *Fernando Flor de Lima.*
206810629

TRIBUNAL DA COMARCA DO BAIXO VOUGA

Secretaria dos Juízos de Aveiro

Anúncio n.º 111/2013

Processo: Insolvência pessoa singular (Apresentação) n.º 1265/11.8T2AVR

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Luís Filipe Almeida Parracho, NIF — 209567279, BI — 10754436, Segurança social — 11167416177, Endereço: Bairro de S. João, N.º 40, Vagos, 3840-000 Vagos e Administrador da Insolvência: João José de Oliveira Cruz Barbosa Castelhana, Endereço: Rua Simões de Castro, 147-A, 1.º C, Coimbra, 3000-388 Coimbra

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: João José de Oliveira Cruz Barbosa Castelhana, Endereço: Rua Simões de Castro, 147-A, 1.º C, Coimbra, 3000-388 Coimbra

Durante o período de cessão (5 anos subsequentes ao trânsito em julgado da respectiva decisão), o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufrira, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus

rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

21 de Novembro de 2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Nuno Marcelo de Nóbrega dos Santos de Freitas Araújo.* — O Oficial de Justiça, *Carla Maria Afonso Martins.*

305382348

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LEIRIA

Anúncio n.º 112/2013

Processo: 166-D/1984 — Prestação de Contas (Liquidatário)

Requerente: ZEFERINOS, L.^{da}

Falido: BARRUIVO — Sociedade de Materiais, L.^{da}

A Dr.^a Rosa Moura, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida de BARRUIVO — Sociedade de Materiais, L.^{da}, com endereço na Estrada da Marinha, 2400-000 Leiria, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário que se encontram nos autos para consulta (artigo 223.º, n.º 1 do CPEREF).

Passou-se o presente edital, que vai ser devidamente afixado no local que a lei determina.

19-12-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.^a Rosa Moura.* — O Oficial de Justiça, *Wilson Subtil.*

306645543

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 113/2013

Processo: 782/03.8TYLSB-K

A Dra. Elisabete Assunção, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida Hidrotécnica Port. Cons. Estudos Projectos Ld., Endereço: Edifício Hp, Rua da Guiné, Prior Velho — 2670-000 Loures, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 223.º, n.º 1 do CPEREF).

29-01-2013. — A Juíza de Direito, *Elisabete Assunção.* — O Oficial de Justiça, *Vanda Terras Gonçalves.*

306780521

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Despacho (extrato) n.º 3820/2013

Licenciado José António Rodrigues Marques — Procurador-Geral-Adjunto cessa funções por efeito de aposentação/jubilização.

28 de fevereiro de 2013. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes.*

206806385